XI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 28 e 29 de setembro de 2026

DESPROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA: (DES)ARRANJOS FAMILIARES EM CONTEXTO

Leila Reis Leal[1]
Luzia Wilma Santana da Silva[2]

Introdução

As famílias são grupos sociais históricos, dinâmicos e articulados aos contextos em que vivem, afetando e sendo afetadas pelas políticas públicas (Morais; Lima; Fernandes, 2014). Quando pobres, enfrentam maiores dificuldades de acesso aos cuidados e serviços públicos (Arriagada, 2007; Aguirre, 2007). As condições sociais, culturais e políticas repercutem nas relações familiares, na definição de papéis e na construção das identidades. A ausência de rotinas, o baixo envolvimento afetivo, as dificuldades de comunicação e os conflitos parentais associam-se à imprevisibilidade familiar e a problemas emocionais e comportamentais (Alarcão; Gaspar, 2007).

Destaca-se que a vulnerabilidade pessoal e familiar no âmbito socioeconômico é agravada pela precarização do trabalho, insegurança alimentar e habitacional, e acesso limitado às políticas públicas de base, atingindo, sobretudo a população negra e ampliando os riscos para a juventude preta (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2020; Bahia, 2021). Fundamentado na Teoria Geral dos Sistemas e na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado que analisou as intersecções entre raça/cor, gênero e classe em famílias empobrecidas e as consequentes desvantagens sociais devido a forma de acesso às políticas públicas. Tendo como foco a dimensão 'Processo' do modelo PPCT (Processo-Pessoa-Contexto e Tempo), estudamos três sistemas humanos (adolescentes) e seus familiares em Medida Socioeducativa (MSE), envolvidos pela vulnerabilidade e o risco social - processos da insuficiente intersetorialidade entre as políticas públicas que deveriam priorizar em seus serviços o referenciamento a este público, conforme a legislação protetiva à infância e adolescência, pertinentes à socioeducação.

Quando se trata de um Estado omisso na execução da proteção social básica das famílias e que, remedia as suas violações com a medida socioeducativa, temos a produção de sujeitos como o participante Socioeducando 3 (S3), que desde a tenra infância vivenciou privações e violências nos contextos intrafamiliar e nos mais ampliados, sendo sentenciado a

[1]Psicóloga. Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: lealpsi@gmail.com.
[2] Enfermeira. Pós-doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. E-mail: luzia.santana@uesb.edu.br.

cumprir uma MSE como uma ‘reparação’ desses processos de vulnerabilização. Esta vivência de S3 estimula a reflexão sobre a relação entre o ambiente e os aspectos do desenvolvimento humano, confirmando como as pessoas são constituídas em função deste processo.

Objetivo

Averiguar como o adolescente e familiar responsável de etnia/raça negro parda em vulnerabilidade social acessam as políticas públicas para a MSE e os seus efeitos ao desenvolvimento humano.

Métodos

A abordagem qualitativa, descritiva e aplicada do estudo fundamentou-se na justiça social, na Interseccionalidade e na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Desta última, as dimensões do PPCT foram o constructo do instrumento (entrevistas semiestruturadas), tendo a dimensão Processo o principal guia para compreender os contextos dos participantes, em articulação aos eixos do Plano Individual de Atendimento (PIA) que orientam a MSE. Participaram três socioeducandos, três familiares e a psicóloga de referência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Salvador. A primeira etapa ateve-se o inquérito documental do PIA, de forma dialogada com a equipe do CREAS, seguida das entrevistas. Os dados foram validados por triangulação. A coleta ocorreu entre setembro e novembro de 2024, sob parecer de aprovação CEP/UESB 6.938.682. Neste trabalho apresentaremos os contextos de desenvolvimento de S3, 15 anos, negro e periférico de Salvador, marcados por violações de direito que atingem desde o seu contexto mais íntimo do microssistema familiar até os mais ampliados: seus mesossitema, exossistema e macrossistema.

Resultados e Discussão

O estudo com S3 evidenciou a influência conjunta dos sistemas ambientais e das desigualdades sociais sobre o seu desenvolvimento humano. A ruptura de seus pais precocemente e a exposição à violência e armamentos, privação alimentar, consumo de drogas e visualizações de cenas de sexo entre adultos marcaram seu microssistema – a família. A internalização desses comportamentos interferiu em seu percurso desenvolvimental e na qualidade dos processos proximais, reproduzindo-os com a sua irmã mais nova. Essa anomalia de vínculos configura um “sistema caótico”, caracterizado por imprevisibilidade e intensa estimulação negativa (Bronfenbrenner, 2011). A atuação do Conselho Tutelar, a medida protetiva em relação a genitora, a institucionalização temporária das crianças, e o acompanhamento posterior buscaram reorganizar a rede de proteção. Contudo, a precariedade socioeconômica e a fragmentação das políticas públicas limitaram a superação de sua vulnerabilidade. Refletir sobre a vulnerabilidade social enraizada no sistema familiar é dar nomes tanto da conjuntura que o envolve quanto aos atributos/traços dos seus membros. Nomes que tipificam uma sociedade desigual e que ferem a dignidade dos seus/suas integrantes, submetidos à precarização das relações pessoais e institucionais.

Conclusão

A perspectiva interseccional evidencia a articulação entre gênero, raça, classe e território na produção dos riscos sociais. Persistem o acesso condicionado às políticas públicas para a manutenção de benefícios, a defasagem idade/série, a precariedade

habitacional, a segregação e a violência territorial - expressam desigualdades estruturais - esses fatores perpassam seus exossistemas e macrossistemas, dificultando a construção de trajetórias mais estáveis. Mesmo com a medida protetiva, seus contextos de desenvolvimento permanecem frágeis do ponto de vista da cidadania e da ressignificação da sua trajetória. Até porque, o Estado aplicou uma MSE para S3 e família reagirem à doença que ele mesmo provocou. Cumulada com a protetiva, a MSE foi um procedimento remediador com a responsabilização do adolescente sobre a infração ocorrida no contexto familiar, à época da sua privação de direitos sociais básicos para o seu desenvolvimento. Apesar das adversidades, S3 mobiliza recursos pessoais e sociais em curso profissionalizante, viabilizado pelo CREAS. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas integradas e sensíveis às múltiplas dimensões da vulnerabilidade, priorizando a prevenção da violação de direitos sociais. A sua superação requer o fortalecimento das relações proximais e da articulação entre os mesossistemas da sua rede de proteção. Os desafios de S3 em seu ciclo vital, com a persistência das vulnerabilidades passadas e presentes, exigem ações orientadas pela justiça social.

Descritores: Medida Socioeducativa. Vulnerabilidade Social. Políticas Públicas.

Referências:

AGUIRRE, Rosário. **Famílias como prestadoras de cuidados**. Montevidéu: Uruguai, 2007. Disponível em: https://www.scba.gov.ar/includes/descarga.asp?id=16988&n= AGUIRRE-Cuidado+y+diamante+de+bienestar.pdf. Acesso em: 12 jun 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ALARCÃO, Madalena; GASPAR, Maria Filomena. Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. **Revista Paideia**, Coimbra, v. 89-102, abr. 2007.

ARRIAGADA, Irma. Famílias latino-americanas: cambiantes, diversas e desiguais. **Toluca**: CIEAP/UAEM, Papeles de POBLACIÓN, n. 53, jul./set. 2007. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252007000300 002. Acesso em: 25 jul. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução: Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAHIA. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. **Curso de atualização em trabalho social com famílias**. Curitiba: CRV, 2021. 224 p.

BRONFENBRENNER, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Trad. de André de Carvalho-Barreto. Revisão técnica de Sílvia H. Koller. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MORAIS, Normanda Araújo de; LIMA, Rebeca; FERNANDES, Juliana. **Adolescência e Contexto Familiar**. *In:* HABIGZANG, Fernanda Luisa; DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia Helena (Orgs.). Trabalhando com adolescentes: teoria e intervenção psicológica. Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 2014. Edição do Kindle, cap. 7, p. 153-180.

Utilização da Inteligência Artificial Generativa: Utilizamos a Inteligência Artificial para a síntese do texto, em adequação aos critérios para a sua submissão. As autoras validaram e assumem total responsabilidade pelo conteúdo final.

Eixo Temático 2: As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde.